

A última oportunidade dada à terra

Tendo-se rendido à evidência, isto é, tendo percebido que sua proposta jamais seria aceita pelos bancos credores, o ministro Bresser Pereira conquistou a simpatia do secretário do Tesouro norte-americano, sr. James Baker III. Após haver aprendido, a duras penas, que no campo das finanças internacionais as inovações têm limites, o ministro da Fazenda depara agora boa oportunidade de entabular conversações com os credores do Brasil, nos moldes convencionais. É preciso que aproveite esta oportunidade, que talvez seja a última.

Não passou despercebido que, antes de receber a visita do ministro Bresser Pereira, o secretário do Tesouro norte-americano havia conversado com o presidente do Comitê de Assessoramento dos bancos credores, sr. William Rhodes. Estava claro que o secretário do Tesouro falava como porta-voz dos credores, mas, também, que transmitia as preocupações e a boa vontade destes. Nosso ministro não saiu apenas humilhado da entrevista. Foi-lhe também assegurado que poderia contar com o inteiro apoio das autoridades monetárias norte-americanas para, de acordo com as normas convencionais, o Brasil chegar a um acordo com os bancos credores.

Aos bancos credores não interessa o rebaixamento dos créditos do Brasil para uma categoria inferior, pois, nesse caso, teriam não somente de aumentar suas provisões (o que acarretaria sensível declínio de sua rentabilidade), mas, também, se tornaria quase impossível uma solução real, que, de alguma forma, exige novos empréstimos para financiar os juros pendentes. Mais do que isso, paira a séria ameaça de suspensão das linhas de crédito de curto prazo, medida que, se fosse tomada, levaria o governo brasileiro a bloquear os fundos dos bancos credores, e, estes, a tomar disposições judiciais que iriam envenenar as relações com o Brasil.

Uma renegociação convencional não significa uma renegociação impermeável a toda e qualquer inovação no tratamento do problema. Os bancos credores sabem perfeitamente que o Brasil não tem condições de honrar a totalidade de seus compromissos, pois sabem que o Brasil não pode emitir dólares. O que desejam é, por um lado, uma prova de boa vontade e, por outro, algumas promessas em torno de seriedade maior na condução da política econômica brasileira.

O ministro Bresser Pereira teve uma frase que certamente agradou

os credores e que dificilmente o sr. Dilson Funaro teria pronunciado: "A prioridade, para o País — e este é o objetivo nosso e do presidente José Sarney —, é reintegrar o Brasil no sistema financeiro internacional". Essa prioridade tem como condição necessária a saída, de uma maneira ou de outra, da atual moratória.

A ortodoxos banqueiros, o ministro terá de apresentar propostas razoáveis, com o claro propósito de ouvir a outra parte e de concordar em examinar soluções que conduzam ao consenso, desde que se tome como premissa que o Brasil, além dos estrangulamentos políticos, não pode desembolsar mais do que tem.

Dentro desse quadro, existem várias soluções. Certamente, não será aceita a idéia de um *spread* zero, mas há boas perspectivas de se obter uma redução bastante sensível do *spread*, que aliviaria os desembolsos do Brasil. Os refinanciamentos dos juros ou sua capitalização parcial é uma sugestão que merecerá a atenção dos credores. O mais importante, nessa renegociação, será talvez a aceitação, por parte dos credores, de cláusulas acauteladoras no tocante a eventuais majorações das taxas de juros no mercado internacional, ou dos preços do petróleo, ou da queda, devido a fatores incontroláveis, das

receitas de exportação. Mas, por seu lado, o governo brasileiro terá de assumir alguns compromissos: efetuar pagamentos maiores, caso obtenha receitas maiores do que as previstas, e imprimir maior austeridade à política econômica interna. Sem dúvida, o País terá de mostrar sua boa vontade se quiser obter recursos suplementares do FMI e criar condições para poder voltar a ter acesso aos recursos das agências oficiais de crédito (sem as quais não poderá importar os bens de capital indispensáveis).

Não se deve fechar os olhos para as dificuldades que nosso governo terá de enfrentar na renegociação. Será difícil chegar ao acordo em poucos dias, e é bem provável que, ante a incerteza criada pelos trabalhos da Constituinte, os credores prefiram resolver os problemas de curto prazo, deixando para mais tarde, isto é, para depois que o regime político brasileiro estiver definido, a solução dos de maior alcance.

O clima do momento é propício. Resta ao governo brasileiro tirar proveito desta oportunidade e resistir às pressões dos que imaginam que o rompimento com a comunidade financeira internacional lhes permitiria alcançar seu objetivo: o isolamento, com o povo em estado de miséria maior.